

# Atlas Giovana Comercializadora de Energia Ltda.

(anteriormente denominada Atlas Luiz Carlos Holding 5 Ltda.)

(em fase pré-operacional)

**Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de  
dezembro de 2025**

# Conteúdo

<b>Relatório da Administração</b>	<b>3</b>
<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas</b>	<b>4</b>
<b>Balancos patrimoniais individuais e consolidados</b>	<b>7</b>
<b>Demonstrações do resultado individuais e consolidados</b>	<b>8</b>
<b>Demonstrações do resultado abrangente individuais e consolidados</b>	<b>9</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>10</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidados</b>	<b>11</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidados</b>	<b>12</b>

## **Relatório da administração e exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.**

Senhores acionistas, a Administração da Atlas Giovana Comercializadora de Energia Ltda., em cumprimento às suas atribuições e atendendo aos dispositivos legais e contratuais vigentes, apresenta a V.S. as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas acompanhadas das respectivas Notas Explicativas, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025. Ao encerrarmos o exercício de 2025, a Diretoria externa seu reconhecimento pelo apoio recebido da controladora Atlas Brasil Giovana Holding Ltda. bem como a todos os demais colaboradores por sua dedicação e empenho.

Paracatu, 12 de fevereiro de 2026.



KPMG Auditores Independentes Ltda.  
Rua Verbo Divino, 1400, Conjunto Térreo ao 801 - Parte,  
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP  
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil  
Telefone +55 (11) 3940-1500  
kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos Quotistas e Diretores da**

**Atlas Giovana Comercializadora de Energia Ltda.  
(anteriormente denominada Atlas Luiz Carlos Holding 5 Ltda.)**

**Paracatu - MG**

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Atlas Giovana Comercializadora de Energia Ltda. (Empresa), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada, da Atlas Giovana Comercializadora de Energia Ltda. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Empresa e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com

essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores**

A administração da Empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

#### **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

#### **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

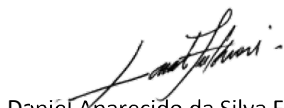
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2026  
KPMG Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP-014428/O-6



Daniel Aparecido da Silva Fukumori  
Contador CRC 1SP245014/O-2

**Balço Patrimonial - Individual e Consolidado**

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e exercício findo em 31 de dezembro de 2024

*(Em milhares de reais)*

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	Passivo	Nota	Controladora		Consolidado
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025			31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025
Caixa e equivalentes de caixa	8	11	1	817	Fornecedores	-	3	-	
Impostos a recuperar		-	-	1	Obrigações fiscais	-	-	8	
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		-	-	2	Imposto de renda e contribuição social	-	-	5	
Adiantamento a fornecedores		7	-	-	Outras contas a pagar	-	6	12	
Despesas antecipadas		-	-	1		-	-	-	
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>18</b>	<b>1</b>	<b>821</b>	<b>Total do passivo circulante</b>	<b>-</b>	<b>9</b>	<b>25</b>	
					<b>Patrimônio líquido</b>				
Investimentos	9	8.747	-	-	Capital social	11	8.891	18	8.891
Imobilizado em andamento	10	-	-	7.969	Prejuízos acumulados		(126)	(26)	(126)
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>8.747</b>	<b>-</b>	<b>7.969</b>	<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>8.765</b>	<b>(8)</b>	<b>8.765</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>8.765</b>	<b>1</b>	<b>8.790</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>8.765</b>	<b>1</b>	<b>8.790</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Atlas Giovana Comercializadora de Energia Ltda.

**Demonstração do Resultado do Exercício - Individual e Consolidado**  
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025
<b>Despesas operacionais</b>				
Despesas gerais e administrativas	12	(35)	(11)	(141)
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos</b>		<b>(35)</b>	<b>(11)</b>	<b>(141)</b>
Receitas financeiras	14	-	-	54
Despesas financeiras	14	-	(1)	-
<b>Resultado financeiro líquido</b>		<b>-</b>	<b>(1)</b>	<b>54</b>
Equivalência patrimonial	9	(65)	-	-
<b>Resultado antes dos impostos</b>		<b>(100)</b>	<b>(12)</b>	<b>(87)</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	13	-	-	(13)
<b>Prejuízo do exercício</b>		<b>(100)</b>	<b>(12)</b>	<b>(100)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Atlas Giovana Comercializadora de Energia Ltda.**

**Demonstrações dos resultados abrangentes**

**Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024**

*(Em milhares de reais)*

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>
	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2025</u>
<b>Prejuízo do exercício</b>	<b><u>(100)</u></b>	<b><u>(12)</u></b>	<b><u>(100)</u></b>
Outros resultados abrangentes	-	-	-
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b><u>(100)</u></b>	<b><u>(12)</u></b>	<b><u>(100)</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Atlas Giovana Comercializadora de Energia Ltda.**

**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido  
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024**

*(Em milhares de reais)*

	Nota	<u>Capital subscrito e integralizado</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>		<b><u>1</u></b>	<b><u>(14)</u></b>	<b><u>(13)</u></b>
Prejuízo do exercício		-	(12)	(12)
Subscrição e integralização de capital	11	<u>17</u>	<u>-</u>	<u>17</u>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>		<b><u>18</u></b>	<b><u>(26)</u></b>	<b><u>(8)</u></b>
Reorganização societaria	11	3.162	-	3.162
Subscrição e integralização de capital	11	5.711	-	5.711
Prejuízo do exercício		<u>-</u>	<u>(100)</u>	<u>(100)</u>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>		<b><u>8.891</u></b>	<b><u>(126)</u></b>	<b><u>8.765</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Atlas Giovana Comercializadora de Energia Ltda.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>				
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		(100)	(12)	(87)
<b>Ajustes para reconciliar o resultado do período com recursos provenientes de atividades operacionais:</b>				
Resultado de equivalência patrimonial	9	65	-	-
<b>Resultado ajustado</b>		<b>(35)</b>	<b>(12)</b>	<b>(87)</b>
<b>Redução (aumento) nos ativos operacionais:</b>				
Impostos a recuperar		-	-	(1)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		-	-	(2)
Adiantamento a fornecedores		(7)	-	-
Despesas antecipadas		-	-	(1)
<b>Aumento (redução) nos passivos operacionais:</b>				
Fornecedores		(3)	3	-
Outras contas a pagar		(6)	(7)	12
<b>Caixa gerado pelas / (aplicado) nas atividades operacionais</b>		<b>(51)</b>	<b>(16)</b>	<b>(79)</b>
<b>Caixa líquido gerado pelas / (aplicado) nas atividades operacionais</b>		<b>(51)</b>	<b>(16)</b>	<b>(79)</b>
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	13	-	-	(8)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>		<b>(51)</b>	<b>(16)</b>	<b>(87)</b>
<b>Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento</b>				
Caixa proveniente de reorganização societária		-	-	375
Aumento de capital em investidas	9	(5.650)	-	-
Aquisição de ativo imobilizado	10	-	-	(5.182)
<b>Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>		<b>(5.650)</b>	<b>-</b>	<b>(4.807)</b>
<b>Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamento</b>				
Integralização de capital	11	5.711	17	5.711
<b>Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento</b>		<b>5.711</b>	<b>17</b>	<b>5.711</b>
<b>Aumento líquido no saldo de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>10</b>	<b>1</b>	<b>817</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	8	1	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	8	11	1	817
		<b>10</b>	<b>1</b>	<b>817</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

### **1 Contexto operacional**

A Atlas Giovana Comercializadora de Energia Ltda., anteriormente denominada Atlas Luiz Carlos Holding 5 Ltda., (“Empresa”) é uma Holding, domiciliada no Brasil, com sede na Cidade de Paracatu, Estado de Minas Gerais, na Altura do KM 6 da LMG-690, área rural de Paracatu, CEP 38.609-899. Sua controladora direta é a Atlas Brasil Giovana Holding Ltda. com participação de 100% do capital social da Empresa.

A Empresa foi constituída em 25 de outubro de 2023, e tem como objeto social a participação no capital de outras sociedades empresárias ou não empresárias, como sócia, acionista ou quotista, bem como a participação em empreendimentos comerciais e industriais, seja no Brasil e/ou no exterior.

Em 31 de Janeiro de 2025, a Empresa fez parte de reorganização societária e passou a deter o controle dos projetos das investidas Central Fotovoltaica Giovana SPE 1 S.A., Central Fotovoltaica Giovana SPE 2 S.A., Central Fotovoltaica Giovana SPE 3 S.A., Central Fotovoltaica Giovana SPE 4 S.A., Central Fotovoltaica Giovana SPE 5 S.A., Central Fotovoltaica Giovana SPE 6 S.A., Central Fotovoltaica Giovana SPE 7 S.A., Central Fotovoltaica Giovana SPE 8 S.A. As operações de reorganizações societárias estão descritas na nota explicativa 2.1.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Empresa abrangem a Empresa e suas subsidiárias (conjuntamente referidas como “Grupo”).

As movimentações dos investimentos em controladas em conjunto podem ser observadas na Nota Explicativa nº 9. As investidas estão envolvidas primariamente na geração de energia elétrica por fonte fotovoltaica e encontra-se em 31 de dezembro de 2025 em fase de desenvolvimento.

#### **1.1 Aspectos relacionados aos indicadores financeiros**

Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a administração avaliou a capacidade da empresa em continuar operando normalmente e dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

### **2 Relação de entidades investidas**

Em 31 de dezembro de 2025, a Empresa detinha o controle integral das investidas e apresentou os saldos individuais e consolidados.

As demonstrações financeiras das controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que deixa de existir.

As políticas contábeis das controladas consideradas na consolidação estão alinhadas com as políticas contábeis adotadas pela Empresa.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem os saldos e transações da Empresa e suas controladas. Os saldos e transações de ativos, passivos, receitas e despesas foram consolidados integralmente para as controladas.

Os principais critérios de consolidação estão descritos a seguir:

- a) Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- b) Eliminação de participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas controladas; e
- c) Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas.

Em 31 de dezembro de 2025 a Empresa detinha investidas conforme relação a seguir:

<b>Investidas (a)</b>	<b>País</b>	<b>Participação</b>	
		<b>31/12/2025</b>	
Central Fotovoltaica Giovana SPE 1 S.A.	Brasil	Direta	100%
Central Fotovoltaica Giovana SPE 2 S.A.	Brasil	Direta	100%
Central Fotovoltaica Giovana SPE 3 S.A.	Brasil	Direta	100%
Central Fotovoltaica Giovana SPE 4 S.A.	Brasil	Direta	100%
Central Fotovoltaica Giovana SPE 5 S.A.	Brasil	Direta	100%
Central Fotovoltaica Giovana SPE 6 S.A.	Brasil	Direta	100%
Central Fotovoltaica Giovana SPE 7 S.A.	Brasil	Direta	100%
Central Fotovoltaica Giovana SPE 8 S.A.	Brasil	Direta	100%

## **2.1 Reorganizações societárias**

Em 31 de janeiro de 2025, a Empresa recebeu de sua controladora anterior, Atlas Brasil Energia Holding 4 S.A. os ativos de investimentos de Central Fotovoltaica Giovana SPE 1 S.A. a Central Fotovoltaica Giovana SPE 8 S.A., a mediante valor de livro pelo montante de R\$ 3.162, no qual foi integralizado como capital social na Empresa na mesma data.

Os ativos recebidos pela Empresa, são:

Central Fotovoltaica Giovana SPE 1 S.A. a 8.

**Balancos Patrimoniais**

Período findo em 31 de janeiro de 2025

(Em milhares de reais)

	<u>Consolidado</u>		<u>Consolidado</u>
Ativo	<u>31/01/2025</u>	Passivo	<u>31/01/2025</u>
Caixa e equivalentes de caixa	375	Fornecedores	43
		Fornecedores partes relacionadas	4.547
<b>Total do ativo circulante</b>	<b><u>375</u></b>	Obrigações fiscais	1
		Outras contas a pagar	<u>11</u>
Imobilizado	<u>7.389</u>	<b>Total do passivo circulante</b>	<b><u>4.602</u></b>
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b><u>7.389</u></b>	Patrimônio líquido	
		Capital social subscrito	3.181
		Prejuízos acumulados	<u>(19)</u>
		<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b><u>3.162</u></b>
<b>Total do ativo</b>	<b><u><u>7.764</u></u></b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b><u><u>7.764</u></u></b>

### 3 Base de preparação

#### **Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards – IFRS* emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 12 de fevereiro de 2026.

### **Base de mensuração**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Aplicações financeiras são mensuradas ao valor justo.

## **4 Moeda funcional e moeda de apresentação**

A moeda funcional do Grupo é o Real, e essas demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

## **5 Uso de estimativas**

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

### **a) Incertezas sobre premissas e estimativas**

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2025 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Vida útil dos ativos tangíveis – Nota explicativa nº 10:** Refere-se a ativos de imobilizados em andamento, assim que o ativo atingir o estágio de conclusão previsto pela Administração, a depreciação será feita pelo método linear, com base nas taxas anuais. A vida útil dos ativos será determinada pela Administração com base na estimativa de tempo de geração de recurso que tal ativo espera prover;
- **Redução ao valor recuperável de ativos (*Impairment*) – Nota explicativa nº 10:** Análise de eventos que possam indicar a perda do valor recuperável dos ativos reconhecidos até 31 de dezembro de 2025;
- **Instrumentos financeiros – Nota explicativa nº 16:** Principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo.

## **6 Políticas contábeis materiais**

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## **a) Base de consolidação**

### ***(i) Controladas***

A Empresa controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Empresa a partir da data em que obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

### ***(ii) Perda de controle***

Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, o Grupo desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se o Grupo retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

### ***(iii) Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial***

Os investimentos do Grupo em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em controladas.

### ***(iv) Transações eliminadas na consolidação***

Saldo e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

## **b) Receitas financeiras e despesas financeiras**

As receitas e despesas financeiras do Grupo compreendem:

- receita de juros;
- despesa de juros; e
- ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A 'taxa de juros efetiva' é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo.

#### **c) Imposto de renda e contribuição social**

##### ***Regime de tributação pelo Lucro Real – Controladora***

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

##### ***Regime de tributação pelo Lucro Presumido –Controladas***

O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas as alíquotas de 8% e 12% respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para a apuração do imposto de renda, são aplicadas às alíquotas de 15% acrescidas de 10% sobre o que exceder R\$ 60 trimestrais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%.

#### **d) Imobilizado**

##### ***(i) Reconhecimento e mensuração***

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

##### ***(ii) Custos subsequentes***

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos sejam auferidos pelo Grupo.

##### ***(iii) Depreciação***

O Grupo não possui despesas de depreciação, tendo em vista que as Controladas se encontram em fase de desenvolvimento.

O imobilizado em andamento registrado pelo Grupo refere-se a custos associados a gastos necessários para a conclusão do desenvolvimento do ativo, até que o projeto esteja pronto para início da construção das usinas fotovoltaicas das controladas Giovana de 1 a 8. Neste período de construção estes gastos ativados estão sujeitos apenas as eventuais reduções por perda do valor recuperável (*impairment*), caso sejam detectadas evidências substanciais de perda. A depreciação destes ativos iniciará assim que terminar o período de construção e os ativos estiverem nas condições pretendidas pela Administração.

A depreciação será reconhecida no resultado, quando da entrada em operação.

A vida útil estimada da usina fotovoltaica, assim que concluída, é de 30 anos.

## **e) Instrumentos financeiros**

### ***(i) Reconhecimento e mensuração inicial***

Todos os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

### ***(ii) Classificação e mensuração subsequente***

#### *Instrumentos Financeiros*

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado:

- ao custo amortizado;
- ao VJR (Valor Justo por meio do Resultado).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

#### ***Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:***

O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo;

- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos do Grupo.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

***Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:***

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição.

**Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:**

<b>Ativos financeiros VJR</b>	<b>a</b>	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
-------------------------------	----------	---

<b>Ativos financeiros custo amortizado</b>	<b>a</b>	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
--	----------	--

***Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas***

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

### ***(iii) Desreconhecimento***

#### ***Ativos financeiros***

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

#### ***Passivos financeiros***

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

### ***(iv) Compensação***

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

## **f) Redução ao valor recuperável (*Impairment*)**

### ***(i) Ativos financeiros não-derivativos***

#### **Instrumentos financeiros e ativos contratuais**

O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;

O Grupo mensura a provisão para perda com contas a receber de clientes e ativos de contrato em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para aplicações financeiras com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

- O Grupo considera um ativo financeiro como inadimplente quando é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito ao Grupo, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma).
- O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual o Grupo está exposto ao risco de crédito.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

#### **Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial**

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

#### **Baixa**

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos.

#### **(ii) Ativos não financeiros**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor Grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou Grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou Grupo de UGCs) de forma pro rata.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

#### **g) Provisões**

As provisões são reconhecidas em virtude de um evento passado, quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for mais provável do que não provável a exigência de um recurso econômico para liquidar essa obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

#### **h) Mensuração do valor justo**

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual o Grupo tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito do Grupo.

Uma série de políticas contábeis e divulgações do Grupo requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, o Grupo mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, o Grupo utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, o Grupo mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se o Grupo determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

## **7 Novas normas e interpretações ainda não efetivadas**

### **(a) Normas contábeis**

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. A Empresa não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

#### **a) IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis.**

O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

O Grupo ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas do Grupo, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. O Grupo também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, incluindo itens atualmente rotulados como ‘outros’.

#### **b) Outras Normas Contábeis**

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo:

- Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações IFRS 9 e IFRS 7);
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

***(b) Impacto da Lei Complementar nº 214/2025 (Reforma Tributária) nas Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas***

**Introdução:**

A presente nota explicativa tem como objetivo detalhar os impactos potenciais da Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025, que institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo. Embora a Lei Complementar nº 214/2025 tenha sido promulgada após o encerramento do exercício social de 31 de dezembro de 2025, seus efeitos são considerados eventos subsequentes que não ajustam as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, mas que requerem divulgação para uma compreensão completa da posição financeira e do desempenho futuro do Grupo.

**Contexto da Lei Complementar nº 214/2025:**

A Lei Complementar nº 214/2025 representa um marco significativo na reforma tributária brasileira, com a unificação de diversos tributos sobre o consumo. As principais mudanças introduzidas incluem a criação do IBS e da CBS, que substituirão o PIS, COFINS, IPI, ICMS e ISS, e a instituição do Imposto Seletivo sobre bens e serviços específicos. A implementação dessas novas regras tributárias ocorrerá de forma gradual, conforme cronograma estabelecido na própria lei e em regulamentações iniciando em 1º de janeiro de 2026 até 2032.

**Impactos potenciais nas demonstrações financeiras individuais e operações futuras:**

A promulgação da Lei Complementar nº 214/2025, embora posterior à data do balanço, terá implicações relevantes para o Grupo a partir de sua efetiva entrada em vigor. Os principais impactos esperados incluem, mas não se limitam a:

- **Revisão de preços e margens:** A alteração na estrutura tributária pode exigir uma revisão da política de preços de produtos e serviços da Empresa e investidas, bem como impactar suas margens de lucro, dependendo da capacidade de repasse dos novos encargos aos consumidores ou da otimização de custos.
- **Fluxo de caixa:** As mudanças nos regimes de apuração e recolhimento dos tributos podem afetar o fluxo de caixa do Grupo e investidas, exigindo ajustes no planejamento financeiro e na gestão de capital de giro.
- **Sistemas e processos internos:** O Grupo e investidas precisarão adaptar seus sistemas de gestão (ERP), processos contábeis e fiscais para atender às novas exigências da legislação, incluindo a emissão de documentos fiscais e a apuração dos novos tributos. Isso pode envolver investimentos em tecnologia e treinamento de pessoal.
- **Contratos e acordos comerciais:** Contratos de fornecimento, vendas e outros acordos comerciais podem necessitar de revisão para incorporar as novas disposições tributárias, especialmente aqueles que preveem cláusulas de reajuste ou repasse de impostos.
- **Análise de créditos tributários:** A transição para o novo sistema pode gerar a

necessidade de análise e gestão de créditos tributários acumulados sob a legislação anterior, bem como a compreensão das novas regras para a apropriação de créditos de IBS e CBS.

- **Impacto no lucro líquido e patrimônio líquido:** As alterações na carga tributária e nos custos operacionais podem, em última instância, impactar o lucro líquido do Grupo, conseqüentemente, seu patrimônio líquido.

#### **Medidas Adotadas e Próximos Passos:**

O Grupo está monitorando ativamente a regulamentação da Lei Complementar nº 214/2025 e avalia detalhadamente seus impactos. Uma equipe multidisciplinar, composta por profissionais das áreas contábil, fiscal, jurídica e de negócios, está encarregada de:

- Realizar estudos aprofundados sobre as implicações da nova legislação para cada operação da Empresa
- Desenvolver planos de ação para a adaptação dos sistemas, processos e controles internos.
- Avaliar a necessidade de renegociação de contratos e acordos comerciais.
- Estimar os impactos financeiros e operacionais, incluindo projeções de fluxo de caixa e resultados.

## **8 Caixa e equivalentes de caixa**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>
	<b>2025</b>	<b>2024</b>	<b>2025</b>
Depósitos bancários (a)	11	1	153
Aplicações financeiras curto prazo (b)	-	-	664
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>11</b>	<b>1</b>	<b>817</b>

- (a) Inclui depósitos bancários disponíveis, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.
- (b) As aplicações financeiras referem-se a certificado de depósito bancário, de liquidez imediata e remuneração atrelada à variação do CDI em média de 96,50%, não excedendo os seus respectivos valores de mercado.

## 9 Investimentos

Composição do investimento	Part.%	Patrimônio líquido	Prejuízo do exercício	Resultado de equivalência patrimonial	2025
<i>Investimentos em controladas</i>					
Central Fotovoltaica Giovana SPE 1 S.A.	100%	1.170	(7)	(7)	1.163
Central Fotovoltaica Giovana SPE 2 S.A.	100%	1.020	(13)	(12)	1.007
Central Fotovoltaica Giovana SPE 3 S.A.	100%	1.120	(7)	(7)	1.113
Central Fotovoltaica Giovana SPE 4 S.A.	100%	1.120	(6)	(6)	1.114
Central Fotovoltaica Giovana SPE 5 S.A.	100%	1.020	(13)	(12)	1.008
Central Fotovoltaica Giovana SPE 6 S.A.	100%	1.120	(6)	(7)	1.113
Central Fotovoltaica Giovana SPE 7 S.A.	100%	1.120	(6)	(7)	1.114
Central Fotovoltaica Giovana SPE 8 S.A.	100%	1.120	(6)	(6)	1.114
<b>Total</b>		<b>8.812</b>	<b>(65)</b>	<b>(65)</b>	<b>8.747</b>

A movimentação dos investimentos estão demonstrados a seguir:

Composição do investimento	Part. %	31/12/2024	Reorganização societária (i)	Aporte de Capital	Resultado de equivalência patrimonial	31/12/2025
<i>Investimentos em controladas</i>						
Central Fotovoltaica Giovana SPE 1 S.A.	100%	-	20	1.150	(7)	1.163
Central Fotovoltaica Giovana SPE 2 S.A.	100%	-	1.020	-	(13)	1.007
Central Fotovoltaica Giovana SPE 3 S.A.	100%	-	20	1.100	(7)	1.113
Central Fotovoltaica Giovana SPE 4 S.A.	100%	-	20	1.100	(6)	1.114
Central Fotovoltaica Giovana SPE 5 S.A.	100%	-	1.020	-	(13)	1.007
Central Fotovoltaica Giovana SPE 6 S.A.	100%	-	20	1.100	(6)	1.114
Central Fotovoltaica Giovana SPE 7 S.A.	100%	-	1.020	100	(6)	1.114
Central Fotovoltaica Giovana SPE 8 S.A.	100%	-	20	1.100	(6)	1.114
<b>Total</b>		<b>-</b>	<b>3.162</b>	<b>5.650</b>	<b>(65)</b>	<b>8.747</b>

(i) Conforme nota explicativa 2.1

A seguir resumo das investidas da Empresa no exercício findo em 31 de dezembro de 2025:

2025	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Prejuízo do exercício
Central Fotovoltaica Giovana SPE 1 S.A.	1.169	6	1.163	(7)
Central Fotovoltaica Giovana SPE 2 S.A.	1.007	-	1.007	(13)
Central Fotovoltaica Giovana SPE 3 S.A.	1.114	1	1.113	(7)
Central Fotovoltaica Giovana SPE 4 S.A.	1.127	12	1.114	(6)
Central Fotovoltaica Giovana SPE 5 S.A.	1.008	1	1.008	(13)
Central Fotovoltaica Giovana SPE 6 S.A.	1.115	1	1.113	(6)
Central Fotovoltaica Giovana SPE 7 S.A.	1.116	2	1.114	(6)
Central Fotovoltaica Giovana SPE 8 S.A.	1.116	2	1.114	(6)
<b>Total dos investimentos</b>	<b>8.772</b>	<b>25</b>	<b>8.747</b>	<b>(65)</b>

## 10 Imobilizado em andamento

### Conciliação do valor contábil

**Consolidado:**

<b>Custo de aquisição:</b>	<b>31/12/2024</b>	<b>Adição</b>	<b>31/12/2025</b>
Imobilizado em andamento	-	7.969	7.969
<b>Total do imobilizado</b>	<b>-</b>	<b>7.969</b>	<b>7.969</b>

Conforme previsto na política contábil de imobilizado constante na nota explicativa nº 5.a, o Grupo não reconheceu em 31 de dezembro de 2025 despesas com depreciação, tendo em vista que se encontra em fase pré-operacional e o ativo está em andamento, ou seja, não se encontra nas condições pretendidas pela Companhia.

O Grupo avaliou que até 31 de dezembro de 2025 não existem evidências de perda do valor recuperável de seu imobilizado em andamento.

## 11 Patrimônio líquido

### a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social subscrito e integralizado da Empresa é de R\$ 8.891 (R\$ 18 em 31 de dezembro de 2024), representado por 8.891 quotas (18 em 31 de dezembro de 2024), nominativas e sem valor nominal.

A Companhia subscreveu e integralizou ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 capital social no montante de R\$ 5.711 (R\$ 17 ao longo de 2024), por meio de transferência bancária realizada pela controladora Atlas Brasil Giovana Holding Ltda.

### b) Reorganização societária – Transferência de investimentos

Em 31 de janeiro de 2025, foi aprovada a transferência de investimentos de propriedade da controladora Atlas Brasil Energia Holding 4 S.A. por meio de conferência de capital o patrimônio líquido da Central Fotovoltaica Giovana SPE 1 S.A., Central Fotovoltaica Giovana SPE 2 S.A., Central Fotovoltaica Giovana SPE 3 S.A., Central Fotovoltaica Giovana SPE 4 S.A., Central Fotovoltaica Giovana SPE 5 S.A., Central Fotovoltaica Giovana SPE 6 S.A., Central Fotovoltaica Giovana SPE 7 S.A., Central Fotovoltaica Giovana SPE 8 S.A., correspondente ao montante de R\$ 3.162. A composição dos saldos transferidos para a Companhia estão demonstrados na nota explicativa número 2.1.

## 12 Despesas gerais e administrativas

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>
	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2025</b>
<b>Despesas gerais e administrativas</b>			
Contabilidade e auditoria	(34)	(11)	(140)
Assessoria e advogados	(1)	-	(1)
	<b>(35)</b>	<b>(11)</b>	<b>(141)</b>

## 13 Imposto de renda e contribuição social

Em 31 de dezembro de 2025 o montante remanescente a pagar do Imposto de Renda e Contribuição Social é de R\$ 5 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2024). A conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas debitada em resultado é demonstrada como segue:

	<b>Consolidado</b>
	<b>2025</b>
<b>Apuração pelo lucro presumido</b>	
Receita bruta (a)	-
Presunção do imposto de renda – 8% (b)	-
Presunção da contribuição social – 12% (c)	-
Demais receitas – (d)	54
Base de cálculo do IRPJ (b) + (d)	54
Imposto de renda a alíquota de 15%	(8)
Adicional de imposto de renda a alíquota de 10%	-
<b>Total IRPJ</b>	<b>(8)</b>
Base de cálculo da CSLL (c) + (d)	54
Contribuição social a alíquota de 9%	(5)
<b>Despesa com imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(13)</b>
<b>Alíquota efetiva (*)</b>	<b>25%</b>

(\*) A alíquota efetiva corresponde a despesa de imposto de renda e contribuição social dividida pela soma da Receita bruta (a) e Demais receitas (d).

## 14 Receitas Financeiras e despesas financeiras

	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2025</b>
<b>Receita financeira</b>		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	-	54
	-	54
<b>Despesa financeira</b>		
Despesas bancárias e carta de crédito	(1)	-
	(1)	-
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(1)</b>	<b>54</b>

## 15 Partes relacionadas

### a. Controladora e controladora final

A controladora direta é a Atlas Brasil Giovana Holding Ltda. e o controlador final é GIP Hélios Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia.

### b. Remuneração do pessoal chave da Administração

A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da Administração, por seus serviços é representada por salários e outros benefícios de curto prazo. Para o exercício de 2025 e 2024 não foram fixadas remunerações. Todos os pagamentos foram realizados pela Atlas Brasil Comercializadora de Energia S.A.

## 16 Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

### a) Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Como o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se aproximam do valor contábil não foi incluído informações sobre o valor justos desses instrumentos financeiros.

	Nota	Controladora		Controladora	
		31/12/2025 – Valor contábil	Custo Amortizado	31/12/2024 – Valor contábil	Custo Amortizado
<b>Ativos</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	8	-	11	-	1
<b>Total</b>		-	<b>11</b>	-	<b>1</b>
<b>Passivos</b>					
Fornecedores		-	-	-	3
Outras contas a pagar		-	-	-	6
<b>Total</b>		-	-	-	<b>9</b>

	Nota	Consolidado	
		31/12/2025 – Valor contábil	Custo Amortizado
<b>Ativos</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	8	-	152
Aplicação financeira	8	664	-
<b>Total</b>		<b>664</b>	<b>152</b>
<b>Passivos</b>			
Outras contas a pagar		-	12
<b>Total</b>		-	<b>12</b>

	Nível hierárquico do valor justo	Controladora		Controladora	
		31/12/2025 – Valor contábil		31/12/2024 – Valor contábil	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<b>Ativos</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1	11	11	1	1
<b>Total</b>		<b>11</b>	<b>11</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
<b>Passivos</b>					
Fornecedores	Nível 2	-	-	3	3
Outras contas a pagar	Nível 2	-	-	6	6
<b>Total</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>9</b>	<b>9</b>

		<b>Consolidado</b>	
		31/12/2025 – Valor contábil	
	Nível hierárquico do valor justo	Valor contábil	Valor justo
<b>Ativos</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1	817	817
<b>Total</b>		<b>817</b>	<b>817</b>
<b>Passivos</b>			
Outras contas a pagar	Nível 2	12	12
<b>Total</b>		<b>12</b>	<b>12</b>

### **Mensuração do valor justo**

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo financeiro, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1** – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2** – *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivados de preços); e
- **Nível 3** – *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2025, não houve transferência decorrente de avaliação de valor justo entre nível 1, 2 tampouco com o nível 3.

### **Gerenciamento de risco financeiro**

O Grupo possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de taxa de juros.

#### ***Estrutura de gerenciamento de risco***

As políticas de gerenciamento de risco do Grupo são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais o Grupo está exposto, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Grupo. O Grupo por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

#### ***i. Risco de crédito***

Risco de crédito é o risco de o Grupo incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Por encontrar-se em fase pré-operacional o Grupo não apresenta exposição a tal risco.

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>
	<u>2025</u>	<u>2024</u>	<u>2025</u>
Caixas e equivalentes de caixa	11	1	817
<b>Total</b>	<b>11</b>	<b>1</b>	<b>817</b>

De modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, o Grupo centraliza suas operações apenas em instituições de primeira linha. O Grupo prioriza investimentos de curtíssimo prazo para obter o máximo de rendimento e máxima liquidez frente aos passivos contraídos.

#### ***ii. Risco de liquidez***

Risco de liquidez é o risco de que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Grupo na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação do Grupo.

#### **Exposição ao risco de liquidez**

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais.

31 de dezembro de 2024		Controladora				
		Fluxos de caixa contratuais				
Valor Contábil	Total	1 ano ou menos	2 - 5 anos	6 - 10 Anos	Mais que 10 anos	
<b>Passivos financeiros</b>						
Fornecedores	3	3	3	-	-	-
Outras contra a pagar	6	6	6	-	-	-
	<b>9</b>	<b>9</b>	<b>9</b>	-	-	-

31 de dezembro de 2025		Consolidado				
		Fluxos de caixa contratuais				
Valor Contábil	Total	1 ano ou menos	2 - 5 anos	6 - 10 Anos	Mais que 10 anos	
<b>Passivos financeiros</b>						
Fornecedores e outras contas a pagar	12	12	12	-	-	-
	<b>12</b>	<b>12</b>	<b>12</b>	-	-	-

### **iii. Risco de taxa de juros**

Decorre da possibilidade do Grupo sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Em relação aos ativos financeiros, visando à mitigação desse tipo de risco, o Grupo centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham a variação próxima do CDI em certificado de depósito bancário. Na data do balanço, o perfil de taxa de juros do Grupo é em aplicações financeiras com taxa pós-fixada.

E em relação aos passivos financeiros, visando à mitigação desse tipo de risco, o Grupo possui empréstimos e financiamento em operações com taxas que acompanham o índice inflacionário do Brasil e o índice de atualização dos contratos de venda de energia.

### **Análise de sensibilidade**

Em atendimento ao item 40 do CPC 40 – Instrumento Financeiros Evidenciação / IFRS 7 – *Financial Instruments: Disclosures*, o Grupo efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados do Grupo em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir estão apresentados todos os instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas que estão expostos à indexadores, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas

de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário provável adotado pela Companhia e suas controladas, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, com 25% e 50% de aumento do risco.

Variação das taxas de juros e índices	Variação	Cenário	Sensibilidade		
		Provável	Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
		31/12/2026			
Risco de redução das taxas de juros e índices					
CDI (a)	15,00%	12,25%	14,75%	18,44%	22,13%

Controladora	Índice	Saldos em 31/12/2025	Sensibilidade				
			Provável	Δ + 25%	Δ + 50%	∇ - 25%	∇ - 50%
<b>Risco de redução (ativo)</b>							
Aplicações financeiras	CDI	664	81	122	147	61	41

(a) Certificado de Depósito Interbancário – Fonte: Projeções Bradesco Longo Prazo.

## 17 Informações complementares aos fluxos de caixa

Abaixo descrevemos as transações de fluxos de caixa de financiamento que não envolveram caixa:

	Controladora	
	2025	2024
Integralização de capital	3.162	-
Aumento de capital em investidas	(3.162)	-
	Consolidado	
	2025	2024
Integralização de Capital	3.162	-
Aquisição de ativo imobilizado	(3.162)	-
Caixa proveniente de reorganização societária	375	-

## 18 Contingências

A Empresa não possui em 31 de dezembro de 2025 e 2024 contingências passivas com avaliação de risco de perda provável ou possível.

Manoel de Andrade Lira Neto  
Diretor  
CPF: 666.153.054-53

Julio Roberto Baruchi  
Contador  
CRC: 1SP206243/O-5  
CPF: 008.175.478-78

\* \* \*